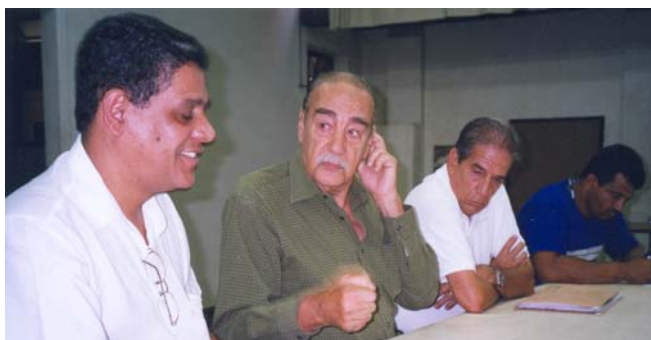


# Ex-presidente Ruy Lage analisa a venda de ações da empresa

No dia 17 de outubro, o SINDÁGUA recebeu a visita do ex-presidente da Copasa Ruy Viana Lage e seu irmão Ronaldo Lage, que já foi membro do conselho de administração da empresa. Os dois são amplos conhecedores do mercado de ações.

Ruy Lage já foi presidente da Bolsa de Valores de Minas Gerais e hoje atua no seu escritório "Ruy Lage Sociedade Corretora de Títulos Ltda". Além disso, conhece bastante o ambiente da Copasa – presidiu a empresa por duas gestões, de 92 a 99, e depois trabalhou um tempo como empregado. Para o ex-presidente, o Sindicato tem razão em se preocupar com a venda de ações. "Serão vendidas 25% das ações. Se a venda for pulverizada, tudo bem. O proble-



Ex-presidente Ruy Lage, em reunião no SINDÁGUA

ma é se forem apenas 1 ou 2 compradores, pois os grandes investidores não colocam uma grande soma de dinheiro se não tiverem a possibilidade de participar da gestão da empresa", disse Ruy Lage.

De acordo com a sua experiência, Ruy Lage não vê necessidade da Copasa vender ações

agora. "A empresa só vai ao mercado de capitais para buscar dinheiro, mas se a empresa tem outra forma de conseguir dinheiro, não há necessidade de vender ações", esclareceu o ex-presidente.

Ronaldo Viana Lage explicou que para os empresários capitalistas a venda de ações é um

meio fácil de arrecadar dinheiro, mas é preciso se convencer que cada acionista será um patrão, pois a empresa tem que prestar contas e dar satisfação de seus atos aos acionistas. Por outro lado, um acionista sozinho não decide nada, quem decide é a maioria. "Os acionistas minoritários precisam aproveitar a possibilidade de eleger um membro do conselho de administração, pois sendo o acionista majoritário, o governo do Estado de Minas Gerais coloca e tira seus membros como quiser", falou Ronaldo. O ex-membro do conselho de administração da Copasa foi afastado pelo governador Aécio Neves, em abril de 2004. "Me tiraram porque eu fui contra o pagamento do auxílio-moradia para o ex-presidente Mauro Ricardo", relatou Ronaldo Lage.

## Publicação da Copasa informa dificuldades para atingir metas

"Quando muitos dos mais destacados gerentes da empresa são, muitas vezes, surpreendidos por notícias de ações e decisões da companhia, é sinal de que a coisa não anda bem em termos de circulação de informações" (...)

"A Copasa tem metas a atingir junto ao Governo do Estado, quanto ao cumprimento da evolução dos indicadores descritos, existindo controles trimestrais e mensais no âmbito estadual que aferem tais desempenhos e cobram o não-cumprimento das metas" (...)

"Atrasos em determinados processos licitatórios e na liberação de áreas para implantação dos projetos estão gerando um percentual de realização muito pequeno quando comparado com o previsto".

As informações reproduzidas aqui constam da publicação "Cenários" (NOV/DEZ/2005), editada pela Copasa através da Superintendência de Planejamento e Gestão (SPPG) e Divisão de Imprensa, com distribuição, segundo seu expediente, de 1.500 exemplares.

Com isso, fica provado que não basta apenas o grande esforço dos trabalhadores, se desdobrando para alcançar metas apertadas e cumprir objetivos sociais estabelecidos constituio-



nalmente e sobre os quais pesa a responsabilidade da empresa e do governo.

É necessária ainda a capacidade gerencial não apenas interna, mas sobretudo de negociar concessões municipais, zelar pelo estabelecimento e cumprimento de contratos, contando com os profissionais qualificados pela própria Copasa ao longo do tempo.

As próprias explicações veiculadas no impresso da Copasa faz referência a "atrasos em processos licitatórios e liberação de áreas para implantação de projetos", fatores externos que impedem o alcance das metas.

Estes foram os maiores argumentos dos trabalhadores quanto à apuração do desempenho para cálculos da GDI e até mesmo para configu-

rar a Participação nos Lucros (PL). As metas do Programa de Investimento estavam muito além do possível de realização e os resultados concretos acabam penalizando o direito dos trabalhadores.

### Diretoria Plena debate a venda de ações

A venda de ações também foi discutida na última reunião da Diretoria Plena, que aconteceu no dia 28 de outubro. O SINDÁGUA convidou representantes sindicais que têm experiência com abertura de capital em empresas públicas, Marcelo Correia do Sindieleiro-MG e José Francisco Seniuk do Sinttel-MG, e também o técnico do Dieese, Fernando Duarte, para debater sobre o assunto e suas possíveis consequências.

O coordenador-geral do Sindieleiro falou que é preciso esclarecer para a sociedade quais são os prejuízos da venda de ações, porque, como aconteceu na Cemig, a empresa passará a ser tratada como empresa privada e visando somente o lucro. Foi a mesma estratégia adotada pelos tucanos na Cemig em outra época" declarou Marcelo Correia.

Para Seniuk, ex-diretor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Minas Gerais (Sinttel-MG) vender ações da Copasa é tratar a água apenas como mercadoria e deixa um espaço aberto para a privatização. "As ações ordinárias (que a Copasa está colocando a venda) facilitam a privatização, pois grandes empresas podem comprar grandes lotes de ações. Não podemos deixar que um monopólio natural (que não tem concorrentes no mercado), essencial para a vida e a saúde da população seja controlado pelo capital" disse Seniuk.

O técnico do Dieese esclareceu as dúvidas dos diretores sobre a abertura de capital, os diferentes tipos de ações e a legislação das Sociedades Anônimas (SA).

Sobre a possibilidade dos trabalhadores adquirirem ações, os palestrantes ressaltaram que isso requer um investimento muito alto e que os gerentes e os altos salários têm mais condições de comprar ações do que os níveis mais baixos. Além disso, para participar do conselho de acionistas é preciso ter uma boa porcentagem das ações que são vendidas, o que não é fácil de ser conseguido. "Na Cemig, até hoje, os trabalhadores não conseguiram comprar juntos nem 1% das ações" alertou Marcelo Correia.

#### Projeto Estruturador - Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos

AÇÃO	PREVISTO R\$ milhão	REALIZADO R\$ milhão	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO
Expandir e assegurar os serviços de abastecimento de água	658,4	126,3	19%
Expandir e assegurar os serviços de esgotamento sanitário	439,7	117,3	27%
Implantar sistemas de tratamento de esgoto	107,6	8,1	8%

(\*) Posição até agosto de 2005

Fonte: SPPG/SPA

# Negociação da PL 2005



Comissão durante as negociações da Participação nos Lucros da empresa

A comissão de representantes dos trabalhadores nas discussões do Acordo para a Participação nos Lucros (PL) encaminhou para o presidente da Copasa, Márcio Nunes, ofício em que são reforçados pontos defendidos para pagamento do direito no próximo ano.

A proposta do SINDÁGUA foi construída levando em consideração duas premissas básicas e foi defendida pelos seus integrantes na comissão de trabalho, instituída pela Copasa em atendimento ao ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, para construção da proposta a ser apresentada à Direção da Empresa.

## Proposta para a nova PL

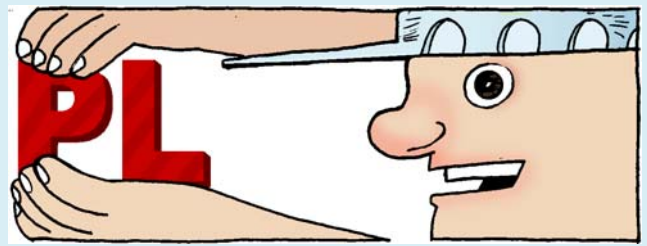
No começo do ano, o presidente Márcio Nunes concordou com o Sindicato em assinar um acordo para a PL, posição que defendemos de transformar o Regulamento da PL em “Acordo Extraordinário de Trabalho”, aditivo ao atual ACT. O presidente da empresa chegou, inclusive, a sugerir que o sindicato realizasse uma consulta aos trabalhadores sobre qual modelo seria mais indicado para a distribuição da PL, alterando os atuais fatores de 30% de distribuição linear e de 70% de distribuição proporcional ao salário. Os números agora apresentados à Copasa sugerem duas alternativas a serem avaliadas para as parcelas, a primeira de 60% (fixa) e 40% (propor-

cional) e, a segunda, de 50% (fixa) e 50% (proporcional). No próprio Acordo Coletivo 2005 ficou definido para a PL que “as alterações se darão com transparência em todas as informações, indicadores compreensíveis e com metas factíveis de serem alcançadas” ... No entanto, nas negociações internas da comissão a proposta patronal não contemplou nenhuma mudança de conteúdo, mantendo praticamente todo o regulamento anterior, jogando para decisão posterior os indicadores que irão medir o desempenho dos trabalhadores, posição que não reflete as conversas mantidas com o presidente Márcio Nunes

cional) e, a segunda, de 50% (fixa) e 50% (proporcional).

No próprio Acordo Coletivo 2005 ficou definido para a PL que “as alterações se darão com transparência em todas as informações, indicadores compreensíveis e com metas factíveis de serem alcançadas” ... No entanto, nas negociações internas da comissão a proposta patronal não contemplou nenhuma mudança de conteúdo, mantendo praticamente todo o regulamento anterior, jogando para decisão posterior os indicadores que irão medir o desempenho dos trabalhadores, posição que não reflete as conversas mantidas com o presidente Márcio Nunes

## Sugestões do Sindicato



As sugestões do SINDÁGUA para definir a PL 2005 encaminhadas à direção da Copasa são as seguintes:

a) Assinatura do Acordo de PL como documento aditivo ao ACT 2005/2006.

b) Retirar do regulamento a definição do percentual em 6,25% do lucro líquido anual da empresa, descontada a reserva legal, mantendo no texto a referência do valor a ser pago aos trabalhadores em 25% (vinte e cinco por cento) do que for distribuído aos acionistas;

c) Para medir o desempenho foram indicados quatro indicadores:

1) PI –PROGRAMA DE INVESTIMENTO –caso o Programa de Investimento atinja 60% (sessenta por cento) do planejado, será considerado como meta atingida integralmente;

2) PINA –no indicador de Percentual de Inadimplência serão expurgados os grandes consumidores como: hospitais, fundações e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), por ser uma questão de políti-

ca interna de cobrança, que foge do controle dos trabalhadores;

3) QUAG –A Qualidade da Água será cumprida segundo a exigência da Portaria do Ministério da Saúde;

4) MGCP –A Margem de Geração de Caixa e Potencial –discutir um índice de crescimento que atenda o ACT 2005/06;

d) para consulta à categoria, a direção colegiada do Sindicato sugeriu o valor da PL calculado sobre o salário e GDI tendo uma parcela fixa de 60% e outra variável de 40%, ou 50% nas duas;

e) em “situações especiais” foi sugerido o pagamento da PL para trabalhadores desligados por falecimento e afastamento por doença e, ainda, trabalhadores cedidos, desde que recebam vencimentos através da Copasa, cabendo a empresa ressarcir-se dos respectivos convênios;

f) os casos não previstos devem ser analisados pela direção da empresa e a representação sindical.

## PCCS: irregularidades continuam na empresa

Muitos distritos da Copasa continuam desrespeitando normas do Plano de Cargos e Salários e até mesmo o que estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho assinado entre a empresa e o Sindicato.

Vários companheiros procuram a entidade denunciando que continuam obrigados por gerentes a exercer cargos de substituição sem que a empresa pague a diferença salarial. Os gerentes promovem, ainda, rodízio de serventes, como artimanha que des caracterizam desvios de função.

## EDITORIAL

## Gestão Participativa



O SINDÁGUA-MG marca sua administração amparado no princípio que norteou desde o início o trabalho de sua diretoria: a busca da UNIDADE, do entendimento e do respeito mútuo.

No primeiro ano de mandato desta diretoria, a categoria foi forçada a uma mobilização intensa, que culminou com uma greve histórica e vitoriosa dos trabalhadores. Na negociação do acordo coletivo daquele ano, a então direção da empresa adotou uma postura autoritária, inflexível, chegando mesmo a assustar com a adoção de iniciativas irregulares e condenáveis. Começou por não querer garantir a data-base da categoria, obrigando, inclusive, a intervenção conciliadora da Delegacia Regional do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

O Acordo Coletivo acabou redundando em uma conquista da categoria, não só pelos benefícios assinados no documento, mas, principalmente, por registrar a unidade e solidariedade dos trabalhadores, se mobilizando com vigorosa força e, ao mesmo tempo, dando um exemplo de postura de responsabilidade.

Desde então caminhamos na construção de mecanismos importantes para os trabalhadores e para a própria empresa, em discussões conscientes e responsáveis como as que se desenvolvem nas comissões de PL, da GDI, da GADVI e mesmo na do PCCS, que tem um processo menos aberto por parte da empresa.

Chegamos à conclusão que o melhor entendimento entre a empresa e os trabalhadores auferiu resultados importantes para ambas as partes, de forma que possamos cumprir nossa função pública de assistir à população com um serviço essencial para vida.

Devemos, no entanto, registrar que este entendimento não deve significar fechar os olhos para erros e que apontá-los não significa enfrentamento ou traição aos princípios deste esforço comum de construirmos uma empresa melhor.

José Maria dos Santos - Presidente do SINDÁGUA

## JORNAL DO SINDÁGUA

**Presidente:** José Maria dos Santos - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP **Diagramador:** Luiz C. Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares **Impressão:** Fumarca

SINDÁGUA MG - R. Congonhas, 518 - Sto. Antônio - BH-MG  
Tel: (031) 3297-7227 Fax: (031) 3297-7224 - CEP 30330-100  
HP: [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) e-mail: [sindagua@uol.com.br](mailto:sindagua@uol.com.br)

## Mudanças no jurídico da empresa preocupam

O clima interno na Copasa só pode ser definido hoje como "ameaçador". Diga-se ainda que parece não ser mais levada em consideração a característica de "cargos de confiança", onde informações devem ser preservadas para assegurar interesses estratégicos da empresa e até mesmo para proteger a privacidade em processos que devem continuar privados, evitando antecipar privilegiadamente dados passíveis de uma concorrência pública.

Medidas adotadas na recentemente maculam a reputação profissional do jurídico da empresa, setor em que só podem trabalhar quem mantenha compromisso de exclusividade, mesmo sendo uma atividade de profissional liberal. Há muito que o jurídico da Copasa vem sendo ferozmente atacado, passando a ser vítima de perseguição desde que foram expedidos alguns pareceres contrários a interesses pessoais de dois diretores e um assessor que não estão mais na Copasa. A perseguição se dá de forma cruel, pois continuam no poder pessoas influentes e remanescentes das medidas apoiadas em favor dos



beneficiários de um enfrentamento ao setor jurídico da empresa.

Talvez sejamos até mesmo acusados de uma compreensão limitada das reais intenções destas medidas adotadas pela empresa em "desqualificar" os profissionais do seu setor jurídico, chegando, inclusive, a demitir o advogado João Bosco Alexandrino, reconhecido em sua competência aos 64 anos de idade e 32 anos de trabalho na Copasa. Só podemos considerar uma tragédia a demissão de um companheiro nestas condições, faltando apenas um ano para se aposentar. Causa ainda mais temor que decisões unilaterais tão drásticas possam encontrar terreno de propagação como ervas daninhas em nosso ambi-

ente de trabalho.

Há muito que procuramos o presidente da Copasa, Márcio Nunes, solicitando sua intervenção para pacificar as condições de trabalho no setor jurídico da empresa. O que consideramos erros foram cometidos antes mesmo que Márcio Nunes chegasse à presidência da empresa, mas, ao que parece, orientações distorcidas levam a piorar o clima neste setor vital para a Copasa. Esperamos que medidas amparadas em maior sensibilidade e sob melhor orientação resgatem a importância e à reputação que sempre tiveram estes profissionais dentro da Copasa, defendendo a empresa e amparando ao longo da história os atos administrativos que a construíram.

25 de novembro - Dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher

## A melhor arma de defesa é a denúncia

A data foi instituída durante o 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981. Neste dia, são realizadas campanhas no mundo inteiro com o objetivo de abrir espaço para discussão sobre o tema e envolver toda a sociedade na busca urgente de alternativas que contribuam para prevenir e erradicar a violência doméstica e sexual, que afeta mulheres de todas as idades, condições de vida, credo religioso, etnias e regiões geográficas.

A violência contra a mulher compreende qualquer ato, ação ou conduta baseada nas relações de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, moral ou psicológico à vítima, tanto na esfera pública como na esfera privada. Para evitar a possibilidade da violência, é preciso denunciar. Nas Delegacias Especializadas de Crimes Contra a Mulher (DECCM) você será atendida por uma equipe especializada de policiais femininas e não sofrerá qualquer tipo de constrangimento. E lembre-se, se você não denunciar as situações de violência corriqueiras, você estará estimulando um próximo ato de agressão ainda mais forte.



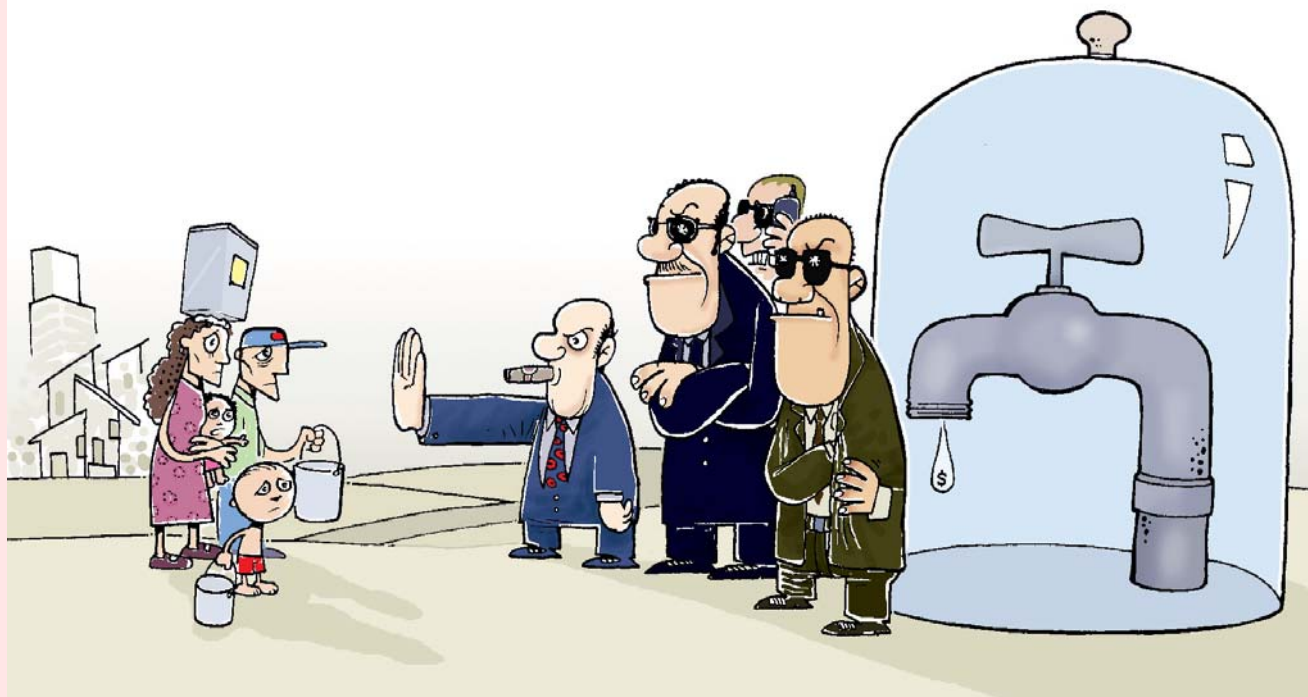
# SINDÁQUA

REGISTRO

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 21 de novembro de 2005 - nº 220

CUT

## Venda de ações traz preocupações



O anúncio que a Copasa vai vender ações na Bolsa de Valores, levantou preocupações e questionamentos. Não se sabe ao certo, quais são os verdadeiros motivos do governo mineiro vender ações da empresa nas vésperas das eleições, visto que a Copasa tem ao seu dispor mais

de um bilhão de Reais do Governo Federal para fazer investimentos no saneamento de Minas Gerais. Por que trocar recursos públicos por recursos do capital financeiro?

Para empresas privadas e que visam apenas o lucro, a venda de ações tem a vantagem de ser uma fonte de recurso fá-

cil, mas que também traz riscos. Já para uma empresa estatal, como a Copasa, que, no momento, não tem problemas em conseguir recursos para seus investimentos, há uma série de riscos que devem ser cuidadosamente analisados. Entre eles, dividir a gestão e o controle da empresa com aci-

onistas que visam somente o lucro e a Copasa ter que deixar sua função social em segundo plano, para pagar dividendos aos donos das ações, aumentando ainda mais as terceirizações e a pressão sobre os trabalhadores apenas para cumprir metas e diminuir custos.

PÁGINA 4

### NEGOCIAÇÕES PODEM TRAZER PL MAIS JUSTA

As negociações, entre o Sindicato e a empresa através da Comissão de Estudos da PL, poderão alcançar vários pontos defendidos pelos trabalhadores. A começar pela incorporação no cálculo deste ano do valor destinado à PL de 2004 e que não foi recebido em função de metas menores atingidas pelo Programa de Investimento, principalmente se refletir as conversas mantidas com o presidente da Copasa, Márcio Nunes. PÁGINA 3

Copasa adota política cruel contra o seu jurídico  
PÁGINA 2

### Longe das metas

Publicação interna da Copasa apresenta números oficiais muito longe das metas estabelecidas pelo Governo de Minas para o saneamento. Sobram recursos e faltam obras. PÁGINA 4

